

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº088**

Período: de 04/08/03 a 08/08/03

Franca – Brasil

- 1 - Diplomata americano liga Tríplice Fronteira ao terrorismo
- 2 - Brasil descarta envio de tropas em eventual força de paz no Iraque
- 3 – General da reserva deixa comissão de mortos e desaparecidos da Ditadura
- 4 – Empresários querem reivindicar apoio das Forças Armadas durante greve
- 5 – Ministro Celso Amorim considera modelo o Acordo Brasil-Ucrânia

Diplomata americano liga Tríplice Fronteira ao terrorismo

O diplomata americano Steven Monblatt, em reunião com representantes de comunidades árabes de Foz do Iguaçu, afirmou que a região da Tríplice Fronteira – entre Argentina, Brasil e Paraguai – “certamente financia atividades de grupos terroristas”. Monblatt, que já foi subsecretário antiterrorismo do Departamento de Estado na administração Bush, declarou que não há evidências de que na região haja também áreas de concentração ou de treinamento terroristas, embora a Agência Central de Inteligência (CIA) americana já tenha afirmado tal coisa. Além de alertar a população das comunidades a tomarem cuidado ao mandar dinheiro para suas famílias no exterior, para que não caiam em mãos terroristas, o diplomata recomendou aos três países vizinhos que monitorem conjuntamente esquemas de lavagem de dinheiro na região para que não tenham também o mesmo destino. (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/08/03)

Brasil descarta envio de tropas em eventual força de paz no Iraque

Em reunião com chanceleres dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade Andina de Nações (CAN), o ministro Celso Amorim declarou que não há a possibilidade do envio de tropas brasileiras ao Iraque. Tal declaração foi feita no dia seguinte à declaração do ministro argentino, Rafael Bielsa, de que irá propor às Nações Unidas a composição de uma força multilateral de manutenção da Paz no Iraque. Ainda, quando questionado a respeito da composição de uma força integrada para tal tarefa entre Brasil, Argentina e Chile, declarou que não se tinha tocado nesse assunto. (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/08/03)

General da reserva deixa comissão de mortos e desaparecidos

O general da reserva Oswaldo Pereira Gomes, bem como outros três integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, serão trocados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Famílias de desaparecidos durante o regime militar (1964-1985) já há algum tempo faziam pressão por sua saída, pois além daquele posicionar-se desfavoravelmente à abertura de documentos da Guerrilha do Araguaia, também votara contra indenizações e o reconhecimento de responsabilidade dos Estado pela morte de alguns militantes. A responsabilidade pela substituição do militar, segundo o secretário nacional de Direitos Humanos, é do Ministério da Defesa, que declarou ainda que prezava pelo trabalho do mesmo. (O Globo – O País – 05/08/03)

Empresários querem reivindicar apoio das Forças Armadas durante greve

O Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM) encaminhará uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitando um plano emergencial com o apoio do Exército e da Marinha para a liberação das mercadorias que estão retidas nos portos de Manaus, em razão da greve de auditores fiscais da Receita Federal. Segundo o presidente da entidade, Maurício Loureiro, os oficiais militares poderiam substituir os grevistas na operação de desembarço de mercadorias. A *Agência Folha* justifica não ter localizado o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Amazonas, Marcelo Donato, para esclarecer sobre o caso. O Comando Militar da Amazônia não havia se pronunciado até o fechamento desta edição. (Folha de S. Paulo – Brasil - 08-08-03)

Ministro Celso Amorim considera modelo o Acordo Brasil-Ucrânia

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou no último dia 7 que considera o acordo de salvaguardas tecnológicas firmado entre o Brasil e a Ucrânia, o qual permitirá a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, como um modelo para futuros tratados e também para uma eventual renegociação do acordo fechado com os Estados Unidos. Assinado em janeiro de 2002, no governo Fernando Henrique, o texto do acordo foi aprovado pela Câmara no fim de julho e está agora em tramitação no Senado. No Congresso, a tramitação do acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre o uso da base de Alcântara, fechado em abril de 2000, tornou-se tão polêmica que acabou retirada da pauta. A principal razão estava nas cláusulas que restringiam o acesso de brasileiros às áreas de controle de lançamento de foguetes e impediam a transferência de tecnologia. Esses tópicos foram considerados pelos parlamentares como ameaças à soberania nacional. Os Estados Unidos, entretanto, nunca esboçaram reações ao fato de que o acordo havia sido abortado e tratavam o episódio como um assunto estritamente brasileiro. O acordo fechado com a Ucrânia traz condições semelhantes, porém mais brandas. As cláusulas interpretativas inseridas pela Câmara aliviam ainda mais as restrições ao acompanhamento das operações por autoridades brasileiras. Mas terão de ser aprovadas pelo lado ucraniano - o que, na prática, significa também uma renegociação de seus termos. Por exemplo, o texto aprovado pela Câmara prevê que os governos do Brasil e da Ucrânia busquem uma forma de autoridades brasileiras participarem do controle de áreas restritas e serem informadas sobre o carregamento de foguetes com material radioativo ou substâncias danosas à saúde e ao meio ambiente. Em princípio, o acordo com a Ucrânia contornaria a situação de ociosidade do Centro de Lançamento de Alcântara, que corre sério risco de se tornar obsoleto. Sua principal vantagem está na localização geográfica, perto da linha do Equador, que permite reduzir gastos com combustível durante os lançamentos. Para o governo anterior, sua utilização permitiria a atração de investimentos para a região e resultaria em benefícios para o Programa Nacional de Atividades Espaciais. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 08/08/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista FAPESP, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D'Allevodove, bolsistas CNPq/Pibic, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.